O AfroReggae foi um dos principais grupos pesquisados (foto: Jerê Ferreira)

Respostas à violência

Tese avalia como os movimentos sociais começaram a desenvolver propostas originais no campo da segurança pública

Fernanda Marques

Quando a sociedade civil se mobiliza, ela aumenta sua força para pressionar governos e influenciar a elaboração e a execução de políticas públicas mais democráticas e eficientes. Na área da saúde, vários são os exemplos. Movimentos sociais tiveram papel decisivo em conquistas como o acesso gratuito e universal aos medicamentos anti-retrovirais; a abertura dos debates sobre direitos reprodutivos e sexuais das mulheres; e a extinção dos manicômios. Já na área da segurança pública, a participação dos movimentos sociais tem sido reduzida.

No entanto, recentemente, iniciativas de aproximação entre organizações da sociedade civil e a polícia vêm demonstrando que, a partir desse diálogo, podem surgir estratégias criativas de enfrentamento da violência no campo da segurança pública. Nesse contexto, destacam-se as respostas que grupos de jovens de favelas têm dado à criminalidade nas periferias, assim como a atuação do movimento homossexual no combate à homofobia. A conclusão é da tese de doutorado da psicóloga Silvia Ramos, defendida na Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp) da Fiocruz, sob orientação da socióloga e sanitarista Cecília Minayo.

O estudo incluiu revisão bibliográfica, análise documental, aplicação de questionários e entrevistas, atividades que se somaram à experiência profissional de Silvia. De 1999 a 2000, na Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, ela trabalhou com grupos do movimento homossexual na criação de um atendimento telefônico denominado Disque Defesa Homossexual. Mais tarde, engajou-se em um projeto do Grupo Cultural AfroReggae junto à Polícia Militar (PM) de Minas Gerais.

Pesquisadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Candido Mendes, Silvia observou que a polícia, historicamente, não tem experiência de interação com os movimentos sociais. Estes, por sua vez, muitas vezes não apresentam uma agenda bem definida de reivindicações e desconhecem as atribuições e o cotidiano de batalhões e delegacias. O resultado costuma ser a falta de diálogo inserida num cenário de aumento da violência, que atinge, sobretudo, os mais jovens, os homens, os negros e os moradores de áreas mais pobres.

"As taxas de mortes violentas intencionais no Brasil estão entre as mais altas do mundo há mais de duas décadas", diz Silvia. Em 1980, o país registrava cerca de 12 homicídios por 100 mil habitantes. No início do século 21, o número já havia dobrado. Em 2005, a taxa de homicídios de jovens de 23 anos no Brasil foi de cerca de 130 por 100 mil. Considerando-se apenas os jovens negros, ela subia para 174 por 100 mil.

Rodrigo Gorosito

▶ **Umas das características do AfroReggae é formar artistas que sirvam de inspiração ao jovem**

As diferenças também são significativas quando se analisa a geografia da violência. No Rio de Janeiro, por exemplo, a Zona Sul, que concentra os bairros mais nobres da cidade, apresenta uma taxa de sete homicídios por 100 mil habitantes. Já a Zona Oeste e os subúrbios chegam a registrar 70 homicídios por 100 mil habitantes, num contexto onde a violência passa a ser encarada como algo 'natural'.

"A pequena capacidade de pressão política por parte das principais vítimas da violência letal explica o despertar tardio dos governos, da mídia e da sociedade civil brasileira para o tema da segurança pública e para a urgência de programas de redução de homicídios", afirma Silvia. "A violência e a questão da ordem não remetem apenas ao Estado, mas cada vez mais às pessoas, afetadas em suas existências singulares pelo temor de diversas ameaças, reais ou potenciais".

Saúde *versus* segurança pública

No campo da saúde, os movimentos sociais têm sido muito mais ativos. O movimento da Reforma Sanitária – que nasceu da luta contra a ditadura, consolidou-se na 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, e garantiu na Constituição de 1988 as diretrizes para o Sistema Único de Saúde (SUS) – fortaleceu a relação entre médicos, autoridades e funcionários das secretarias e do ministério, intelectuais e diversos segmentos da sociedade civil. Assim, enquanto a Constituição representava uma vitória da articulação social na área da saúde, ela não trazia nenhuma novidade efetiva no campo da segurança pública – tema que permanecia num deserto de participação social.

Os próprios intelectuais de esquerda, em geral progressistas, não deram muita atenção ao tema da segurança pública. Surgiram trabalhos acadêmicos que abordavam questões como os presos políticos e a tortura, mas faltavam debates, por exemplo, sobre as reformas necessárias na polícia. "Prevalecia a idéia de que a polícia era uma coisa vinculada à ditadura e não precisaria ser discutida no âmbito de uma sociedade democrática", comenta Silvia. Assim, a polícia permaneceu fechada ao controle externo, à participação popular e às críticas públicas mesmo após a edificação institucional da democracia.

Soma-se a isso o fato de que, durante muito tempo, o gestor de se-

Oficina de percussão: forma de reduzir distância entre policiais e jovens de favelas

Jerê Ferreira

gurança pública esteve associado à figura do 'general'. Pesquisadores, professores universitários e militantes de ONGs ocuparem cargos de gestores já era comum na área da saúde, mas isso só se tornou uma realidade no campo da segurança pública no final dos anos 90. O primeiro pesquisador brasileiro a assumir um posto de comando nessa área foi o cientista social Luiz Eduardo Soares, em 1999, no Rio de Janeiro.

Jovens de favelas são novos atores sociais

Na análise de Silvia, as organizações da sociedade civil, embora tardiamente, já começaram a descobrir que podem e devem participar ativamente na produção de respostas originais para os problemas da criminalidade e da segurança. "Nesse sentido, a grande novidade são os grupos de jovens de favelas e bairros de periferia, que, apesar de sua heterogeneidade e da ausência de uma articulação formal entre eles, constituem novos atores sociais, políticos e culturais preocupados em tomar atitudes contra a violência", explica a pesquisadora, que estudou em profundidade as experiências de um desses grupos, o AfroReggae.

Silvia identificou nesses grupos características comuns e que, muitas vezes, os distinguem das ONGs clássicas. Eles estão interessados no mercado e têm fins lucrativos. Investem nas trajetórias individuais, buscando formar artistas que sirvam de modelo e inspirem outros jovens a abraçarem a arte e não o tráfico. Valorizam o pertencimento à comunidade, mas desejam ter visibilidade bem além dos limites da favela. A denúncia do racismo e a afirmação da raça negra também caracterizam esses grupos.

Eles se organizam em torno de experiências culturais onde combinam produção artística com combate à desigualdade social; discutem o problema da violência em suas músicas, estética e atitudes; e buscam construir um novo estereótipo do jovem da favela, que emerge como artista de sucesso, dissociado da imagem da criminalidade. Os grupos de jovens de favelas atuam como mediadores de suas comunidades com o resto da sociedade, inclusive com a polícia.

Um exemplo disso está na trajetória do AfroReggae, criado como uma ONG na favela de Vigário Geral em 1993, mesmo ano em que essa comunidade foi alvo de uma chacina policial. Para promover a cidadania dos jovens das favelas, por meio de uma formação cultural e artística, o grupo oferece oficinas de percussão, teatro, circo, capoeira, vídeo e informática em Vigário Geral, Parada de Lucas, Cantagalo, Ramos e Complexo do Alemão. A iniciativa já originou uma banda e outros conjuntos de profissionais que se apresentam no Brasil e no exterior. Logo, surgiu também uma empresa do AfroReggae. São os recursos dessa empresa e de doações, convênios e patrocínios que sustentam a ONG.

Embora os jovens ligados ao AfroReggae já tivessem vivenciado ex-

Cristina Lacerda

Para Silvia Ramos, coordenadora do estudo, os grupos produzem agenda para governos, mídia e sociedade civil

periências de violência policial e, por causa dos ressentimentos, prevalecesse no grupo uma cultura 'anti-polícia', eles sugeriram a realização de um projeto junto à polícia. Assim, em 2004, teve início o Juventude e Polícia, uma iniciativa na qual jovens do AfroReggae davam aulas de percussão para policiais dentro de dois batalhões da PM de Minas Gerais.

A idéia era reduzir a distância entre os jovens das favelas e os policiais, por meio da arte e do respeito à 'cultura do outro'. O sucesso do projeto garantiu sua continuidade nos anos seguintes. "Os resultados indicaram que é possível valorizar os aspectos humano, lúdico e artístico de policiais ao mesmo tempo em que se reduz o preconceito dos policiais sobre os moradores das favelas", avalia Silvia.

Em sua tese de doutorado, a pesquisadora destaca cinco elementos-chave para o êxito da iniciativa: ela não mobiliza apenas a razão, mas também as emoções; em vez de impor mudanças aos policiais, propõe vivências inusitadas para todos os envolvidos; questiona tanto a imagem que os jovens das favelas fazem da polícia como a imagem que a polícia faz dos jovens das favelas; e, por fim, leva esses questionamentos para toda a sociedade, na medida em que ganha visibilidade na mídia.

A difícil reprodutibilidade é uma das limitações do projeto. Afinal, outros grupos podem não produzir o mesmo impacto simbólico do AfroReggae e outros batalhões da PM podem resistir às atividades propostas. Silvia adverte que projetos como o Juventude e Polícia não devem ser idealizados nem apontados como solução para a violência. "Nenhuma alteração se verifica na taxa de homicídios de jovens nas favelas onde os grupos mais estruturados atuam há anos", destaca. "A principal contribuição desses grupos é a sua capacidade de estabelecer mediações e produzir agendas para governos, mídia e sociedade civil sobre sujeitos e temas antes silenciados ou invisíveis".

Movimento homossexual e suas influências

Os discursos e práticas adotados pelo movimento homossexual para influenciar as políticas públicas de enfrentamento da violência também foram analisados por Silvia. De acordo com a pesquisadora, a trajetória desse movimento no Brasil começa nos anos 80 com denúncias de agressões e de discriminações motivadas pela orientação sexual.

Essas denúncias, de fato, contribuíam para colocar em pauta o problema da homofobia, mas também criavam uma imagem de vitimização dos homossexuais que os afastava de uma postura mais propositiva sobre a temática. "O movimento permaneceu até o final dos anos 90 na perspectiva da denúncia, afirmando uma representação dos homossexuais como vítimas de uma violência que não podiam evitar", diz Silvia. "É notável o contraste entre essa postura passiva no campo de propostas para a segurança pública e o vigor das práticas do ativismo homossexual na área da saúde, onde sua criatividade e suas reivindicações para o combate e a prevenção do HIV foram amplamente responsáveis pelo êxito das respostas brasileiras à epidemia de Aids", compara.

A partir de meados da década de 90, ao mesmo tempo em que se multiplicavam as ONGs dedicadas à defesa da diversidade sexual, o movimento homossexual adquiriu novas configurações, motivadas por uma série de processos. O primeiro aconteceu no âmbito do Poder Legislativo, onde emergiram diferentes iniciativas para coibir a discriminação e ampliar os direitos dos homossexuais. O segundo foi a consolidação de um mercado de bens e serviços destinados a homossexuais. O terceiro consistiu na adoção de uma política de visibilidade maciça para o movimento, materializada nas paradas do Orgulho GLBT (sigla usada para designar gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros). O quarto processo, por fim, diz respeito à aproximação do movimento com o ambiente acadêmico e universitário.

A homofobia foi colocada em evidência pelo movimento homossexual

É nesse cenário que ocorre a primeira experiência de política pública voltada aos homossexuais na esfera da segurança pública: o Disque Defesa Homossexual, criado em 1999 na Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro. "A análise dos primeiros 500 casos atendidos por esse programa revelou a intensidade de dinâmicas cotidianas e silenciosas de homofobia", lembra Silvia. Além disso, pesquisas realizadas nas Paradas do Orgulho GLBT mostraram que, embora mais de 60% dos entrevistados relatassem já ter sofrido alguma experiência homofóbica, somente 10% haviam registrado a ocorrência na polícia. "Está claro o descompasso entre a alta incidência de vivências homofóbicas e as ainda tímidas demandas por políticas de segurança e justiça", ressalta Silvia.

Contudo, avanços importantes já têm sido observados. Prova disso foi a realização, em 2007, do 1º Seminário Nacional de Segurança Pública e Combate à Homofobia, que reuniu cerca de 300 participantes entre ativistas do movimento homossexual, policiais civis e militares, acadêmicos e representantes do governo. Os objetivos principais eram a troca de experiências e a construção coletiva de diretrizes para a criação do Plano Nacional de Segurança Pública para o Enfrentamento da Homofobia. "O seminário não significou que o movimento homossexual constituiu uma agenda para a segurança, mas que ele definiu demandas, está construindo um discurso e começa a desenvolver práticas nesse campo", argumenta Silvia.

Se esse Plano Nacional e outras iniciativas similares funcionarão a contento, ainda é cedo para dizer. "Se planejamentos e ações integradas de segurança pública em nível nacional ocorrerão ou não, em grande medida, isto dependerá da capacidade de pressão que a sociedade for capaz de exercer para que os governos, nos três âmbitos, reconheçam a urgência dos temas da violência e da segurança pública", conclui a pesquisadora.